Dnit: Maioria dos servidores aceita acordo com governo

O termo assinado garante 15,8% de reajuste e criação de GT para discutir reestruturação de carreira

Página 3

Centrais sindicais fazem a primeira reunião do ano

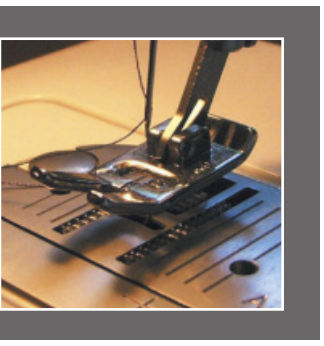
Do encontro sairá a agenda de lutas em defesa da pauta da classe trabalhadora

Página 4

Trabalho escravo aumenta em áreas urbanas

Problema pode estar ligado ao tráfico de pessoas e à exploração de imigrantes ilegais nas grandes cidades

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

o compromisso

Acesse: *www.sindsepmt.org.br*

ANO VI - Nº 73
Cuiabá - Janeiro de 2014

FILIADO À SINDSEP-MT CUT BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES CONDSEF

CAMPANHA SALARIAL 2014

Em ano de Copa no Brasil, servidores se unem para colocar time em campo

Copa do Mundo em junho; eleições presidenciais em outubro. 2014 é um ano de mobilização dos servidores públicos

A Campanha Salarial 2014 dos servidores públicos federais será lançada no próximo dia 22 em todo o Brasil com atividades nos estados. Este ano, quando o Brasil sediará a Copa do Mundo, a campanha lembra que os servidores são como um time que serve ao Brasil e deve ser valorizado como toda equipe que pretende se sagrar campeã. Lembrando um dos principais motes das manifestações que tomaram as ruas no ano passado, a campanha pede serviços públicos no "padrão Fifa". O trabalho de mobilização da categoria continua no início de fevereiro com uma grande marcha a Brasília no dia 5 para buscar avanços nos processos de negociação com o governo.

Marcado pela Copa do Mundo que acontece entre junho e julho e pelas eleições presidenciais em outubro, 2014 é um ano que deve mobilizar e unificar novamente servidores públicos em torno de sua pauta emergencial de reivindicações. A categoria está ciente do papel fundamental que desempenha e vai cobrar do governo a garantia de investimentos urgentes no setor para que este país possa avançar não só economicamente, mas tornar-se socialmente mais justo.

Estão entre as bandeiras: a luta por uma política salarial permanente; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base; regulamentação da negociação coletiva; diretrizes de plano de carreira; retirada de projetos no Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos; além do cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação. A antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015 e reajuste em benefícios como auxílio-alimentação e plano de saúde também fazem parte das prioridades desta campanha salarial. (Condsef)

APESAR DO MAU ATENDIMENTO

Caixa de Previdência quer reajustar plano de saúde

Confederação busca cancelamento de reajuste em plano de saúde que irá afetar mais de 120 mil servidores e seus familiares

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) está promovendo todos os esforços para evitar o reajuste que a Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde (Capesesp) pretende repassar aos mais de 120 mil servidores e seus familiares atendidos pelo plano de autogestão, Capesaúde. O presidente da administradora do plano, Cassimiro Borges, enviou carta aos associados em dezembro informando que promoveria um reajuste, sem nem sequer informar qual seria este percentual.

A carta ainda menciona reunião ocorrida com a Condsef sem, no entanto, esclarecer que a Condsef é totalmente contra qualquer reajuste que pretendam repassar ao servidor. Para a Confederação é inadmissível que mais uma vez os servidores tenham que arcar com aumentos em seus planos quando está claro que é possível promover mudanças administrativas urgentes em todos os planos de autogestão, incluindo Geap, Fassincra e outros, que passam por uma grave crise.

A Condsef participou de reuniões com a presença de representantes do Ministério do Planejamento, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde (ANS), além de representantes dos principais planos de autogestão. A entidade deixou claro que os servidores não podem novamente ser penalizados pela inércia do governo e das operadoras em administrar a crise instalada nos planos. Além disso, a proporção desigual, onde trabalhadores arcam com 70% do valor dos planos enquanto o governo repassa apenas 30% dos custos com saúde do trabalhador e seus familiares, deve ser imediatamente revista. A expectativa é de que esses valores sejam, no mínimo, equalizados.

Ações alternativas foram levantadas pela Confederação que chegou a propor a redução de algumas taxas administrativas, além da redução da remuneração de alguns dirigentes, considerada desmedida para o mercado. A Condsef vai voltar a solicitar reuniões com o Planejamento e todos os demais órgãos envolvidos, incluindo MS e Funasa. Tudo será feito para evitar que este reajuste anunciado pela Capesesp aconteça e volte a prejudicar os servidores.

É intolerável que reajustes sucessivos aconteçam e sejam repassados somente aos servidores associados dos planos de autogestão sem que nenhuma melhoria no atendimento à saúde seja sequer percebida. Ao contrário, o atendimento ao associado está cada vez pior com consultório e laboratórios revogando convênio com uma série de planos.

Faz-se mais que urgente discutir a situação dos planos de autogestão e buscar soluções definitivas para melhorá-los. É importante assegurar o pagamento de valores justos e a segurança de assistência médica aos servidores e seus dependentes naturais; isso até que o SUS (Sistema Único de Saúde) ganhe a atenção fundamental por parte do governo e possa assumir integralmente sua missão de suprir a demanda por saúde da população brasileira. (Com Condsef)

VERGONHA!

Problema pode estar ligado ao tráfico de pessoas e à exploração de imigrantes ilegais nas grandes cidades

As campanhas e os programas de combate ao trabalho escravo no Brasil trouxeram à tona uma realidade pouco conhecida até recentemente - a de que a prática ocorre também nas áreas urbanas do país, e não apenas nos rincões das zonas rurais. A última atualização da lista suja do trabalho escravo, divulgada no fim de 2013 pelo Ministério do Trabalho, mostra 29 empresas localizadas em cidades nessa condição. Na lista anterior, de julho, apenas 14 apareciam na relação. Foram flagradas usando mão de obra em condições análogas à escravidão confecções, empreiteiras, locadoras de máquinas, uma boate e um hotel.

O número, embora pequeno em comparação com o total de empresas da lista, chama a atenção pelo fato de representar um aumento significativo do perfil dos empregadores que submetem seus empregados a este tipo de situação. Se há dez anos o mapa era observado em fazendas e carvoarias situadas em municípios do interior das regiões Norte e Nordeste, hoje a situação nos centros urbanos tem despertado a preocupação de técnicos, procuradores, fiscais e o Ministério Público do Trabalho.

Para o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, o avanço para as áreas urbanas pode estar ligado diretamente ao tráfico de pessoas, uma vez que tem sido cada vez mais comum a exploração de imigrantes ilegais de outros países em empresas localizadas em grandes cidades nas capitais brasileiras.

Segundo ele, apesar da Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelecer que a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" compreende todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente – além de excluir a possibilidade de o trabalhador ter sido enganado – muitos trabalhadores caem nesse tipo de situação estimulados por falsas promessas. "Nem sempre a pessoa vai obrigada, ela vai para esses falsos empregos por conta de falta de alternativas ou porque é analfabeta funcional, não tem formação e acaba envolvida nessa rede", afirmou, durante simpósio sobre o tema realizado em Campinas, em junho passado.

O procurador-geral do Trabalho costuma chamar a atenção, sempre que aborda o tema, para dispositivos constitucionais que permitem a expropriação de bens para as empresas que cometerem tais práticas e pediu empenho no sentido de serem realizadas ações articuladas entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

110 empresas - Na prática, a chamada Lista suja do MTE apresentou 125 nomes a mais que no balanço passado, divulgado em julho. Foram incluídos 108 novos empregadores no grupo dos flagrados cometendo trabalho escravo, mas o Ministério do Trabalho incluiu outros dois – de empresas que tinham sido retiradas e agora entraram novamente no rol, por conta de decisão judicial. O referido cadastro, por outro lado, também excluiu 17 empresas, pelo fato dos responsáveis terem cumprido todos os requisitos administrativos exigidos.

Os estados onde mais foram observadas empresas denunciadas, pela ordem, são: Pará (onde estão concentrados 26,08% do total de empregadores mencionados), Mato Grosso (11,23%), Goiás (8,46%) e Minas Gerais (8,12%). O balanço é resultado da quantidade de autos lavrados ao longo do último semestre pelas fiscalizações do MTE – em conjunto ou a partir de denúncias do Ministério Público (número, este, que ainda será divulgado até o final de janeiro, mas que, de acordo com informações do ministério, deve se aproximar do observado em 2012, que chegou a 3.753 autos para um total de 255 estabelecimentos fiscalizados).

Quem figura na "lista suja" passa a enfrentar restrições de crédito nos bancos públicos e corre o risco de perder negócios com aproximadamente 180 empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (responsáveis por um quinto do PIB nacional). De acordo com informações do MTE, a inclusão dos nomes dos empregadores infratores no cadastro só ocorre após decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal, em que tenha havido a identificação de pessoas submetidas ao "trabalho análogo ao de escravo".

Estes empregadores, por sua vez, quando incluídos são submetidos ao pagamento de multas e infrações diversas e têm suas atividades monitoradas pelo governo por um período de dois anos para que possam vir a ter seus nomes retirados. Além disso, ficam impedidos de firmar contratos com o poder público e têm crédito restringido por várias instituições bancárias, em especial, o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também ficam proibidos de vender sua produção para instituições governamentais.

Destaques da lista - Um dos destaques da última lista, divulgada pelo Ministério do Trabalho, foi o nome do pecuarista João Bertin Filho, do Mato Grosso, incluído na relação em dezembro, devido à descoberta de sete pessoas flagradas trabalhando em suas fazendas no trato de 18 mil cabeças de gado e 35 mil hectares para extração de madeira.

O resultado da fiscalização realizada no local mostrou, a partir de fotos, vídeos e depoimentos diversos, que estes trabalhadores atuaram durante meses na extração de madeira para expansão de pastos isolados na mata, no interior da fazenda de Bertin, sem receber salários. Eles foram submetidos a condições degradantes (vivendo em barracos de lona dentro da mata, sem direito a água potável) e sem terem como deixar o local.

Outro caso observado, também no Mato Grosso tem como responsável a empresa Parecis Energia S/A , onde a fiscalização encontrou 80 trabalhadores em alojamentos precários, bebendo água do rio em que usavam também para banho, além de serem proibidos de deixar o local. Os trabalhadores tinham um caderno de dívidas onde eram anotados seus nomes e a alimentação oferecida e não tinham direito a carteira assinada.seus representantes afirmaram que não pretendem se manifestar sobre o caso. (Rede Brasil Atual)

2014 com força total

O Sindsep-MT promoveu no final de 2013 uma festa de confraternização aos associados da entidade. Foi oferecido um almoço e na ocasião, o presidente Carlos Alberto de Almeida parabenizou a todos e enfatizou a luta do sindicato em prol dos servidores salientando que no início deste ano será retomada a agenda de ações e mobilizações em defesa da classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho, o combate ao projeto que amplia a terceirização e o fim do fator previdenciário.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX.TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZAEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTES DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/ CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

DNIT

Maioria dos servidores aceita acordo

O termo assinado garante 15,8% de reajuste e criação de Grupo de Trabalho para discutir reestruturação de carreira

Com a realização de assembleias em todo o Brasil, servidores do Dnit aprovaram por maioria a assinatura de acordo que garante 15,8% de reajuste para a categoria, após greve que perdurou por mais de dois meses, inclusive em Mato Grosso, onde a mobilização foi intensa.

Neste mês (janeiro) haverá 10,25% de reajuste e o restante será pago em janeiro de 2015. A entidade foi ao Ministério do Planejamento firmar o acordo que assegura ainda a criação de um grupo de trabalho (GT) que deve ser instalado dentro de 60 dias da assinatura do termo e que vai discutir a reestruturação da carreira e da PEC do Dnit, além de outros temas de interesse da categoria. Também pelo acordo está previsto que o GT terá um prazo máximo de 120 dias para conclusão dos debates do GT. Veja ao lado o termo de acordo.

Os servidores do Dnit também estão mobilizados com os demais setores da base da Condsef e de outras 30 entidades que compõem o fórum nacional em defesa dos servidores e serviços públicos. Em janeiro começa a Campanha Salarial 2014 com atividades e mobilizações nos estados. Em fevereiro a expectativa é organizar uma grande marcha a Brasília para marcar a luta pelos eixos da campanha que mantém bandeiras consideradas fundamentais para avanços no setor público.

Em 2014 os servidores vão buscar a antecipação da parcela de reajuste prevista para 2015, baseado em estudos do Dieese que acompanham a evolução da inflação. Também estão entre as bandeiras: a luta por uma política salarial permanente; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base; regulamentação da negociação coletiva; diretrizes de plano de carreira; retirada de projetos no Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos; além do cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação. (Com Condsef)

Fotos: Sindsep-MT

Servidores do Dnit de Mato Grosso quando da greve que durou mais de dois meses

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público
Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais

TERMO DE ACORDO N. 05/2013

Define os Termos do Acordo resultante das negociações entre Governo Federal e entidades representativas dos servidores das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Cláusula Primeira. Este Termo de Acordo dispõe sobre o processo de reestruturação salarial das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 02 de setembro de 2005.

Cláusula Segunda. As tabelas remuneratórias das carreiras e dos cargos de que trata a Cláusula Primeira serão reestruturadas nos termos dos Anexos deste Acordo, com efeitos financeiros previstos para serem implementados em janeiro/2014 e janeiro/2015.

Cláusula Terceira. Será pactuado Grupo de Trabalho, em até 60 (sessenta) dias, contados da presente data, com prazo de conclusão de até 120 (cento de vinte) dias, sem compromisso de impacto orçamentário, para o desenvolvimento de estudos sobre a reestruturação das referidas Carreiras e Cargos.

Cláusula Quarta. A representação governamental adotará as providências que lhe competem para o encaminhamento das medidas previstas neste Termo de Acordo.

E por terem justas e acordadas as cláusulas e condições deste Termo, assinam o presente documento:

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA
Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

JOSEMILTON MAURÍCIO DA COSTA
Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
CONDSEF

NILZA ÁVILA RIBEIRO
Associação dos Servidores Federais em Transportes
ASDNER

GT´s nos ministérios do Planejamento e Saúde estão confirmadas para janeiro

Estão confirmadas reuniões no Ministério do Planejamento para instalação de dois grupos de trabalho (GT´s). O primeiro GT será instalado no próximo dia 15 de janeiro para tratar a situação dos servidores anistiados. O GT vai debater a criação de uma tabela unificada para esses servidores e também discutir a inclusão de todos no Regime Jurídico Único (RJU). No dia 23 deste mês será instalado GT dos servidores das Agências Reguladoras que coloca em pauta a reestruturação das carreiras da categoria, além de outras demandas específicas. Ainda em janeiro, no dia 24, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) vai ao Ministério da Saúde onde também acontece a instalação de GT que vai discutir a criação de gratificação para servidores da Sesai (Saúde Indígena) e reestruturação da carreira da Saúde.

A Condsef também já solicitou ao Planejamento a retomada de outros processos de negociação em GT´s já instalados e que ainda possuem pauta pendente. Entre eles estão temas como a equiparação de tabelas salariais no Executivo baseada na Lei 12.277/10, assunto que envolve a grande maioria dos servidores da base da Confederação. A Condsef está cobrando ainda reunião para este mês para tratar a situação dos planos de autogestão, responsáveis pelo atendimento à saúde dos servidores e suas famílias e que estão passando por uma crise administrativa.

AÇÕES DE 2014

Centrais fazem a primeira reunião

Do encontro sairá a agenda de lutas em defesa da pauta da classe trabalhadora, que priorizará o fim do fator previdenciário, o "não" ao PL da terceirização e a redução da jornada

A CUT recebe as demais centrais sindicais em sua sede nacional no dia 15 de janeiro, às 16 horas, para retomar a agenda de ações e mobilizações em defesa da pauta da classe trabalhadora no ano de 2014, em especial três itens: a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o combate ao Projeto de Lei 4330, que amplia a terceirização, e o fim do fator previdenciário.

"O ano de 2014 anuncia-se como um ano de grandes lutas, em que a questão do poder político estará colocada em eleições presidenciais, para governos estaduais e parlamentos nas quais vamos intervir com a Plataforma da Classe Trabalhadora, nas quais não admitiremos nenhum retrocesso, pois queremos avançar na via da construção de uma nação livre, democrática e soberana, onde a classe trabalhadora do campo e da cidade, que é quem constrói a nação, possa ter suas reivindicações atendidas", afirma a Central Única dos Trabalhadores em sua última Resolução de 2014.

Mobilizados e nas ruas - Durante todo o ano de 2013, a CUT e as demais centrais sindicais estiveram juntas, nas ruas e nas mesas de negociação, para defender a pauta da classe trabalhadora. Foram inúmeros atos, manifestações, protestos, paralisações, passeatas em todos os estados do País que evitaram perdas de direitos e asseguraram e/ou ampliaram conquistas aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Em 2014, não será diferente, por isso já na primeira quinzena de janeiro, CUT e demais centrais debatem como vão defender a pauta da classe trabalhadora nas ruas e junto às intâncias de poder.

Fim do fator - A CUT reivindica que o Executivo envie para o Legislativo um projeto de lei que acabe com o fator previdenciário para que os/as trabalhadores/as se aposentem quando atingirem o tempo de contribuição com a remuneração a que têm direito".

Segundo a regra, o valor do benefício pago pela Previdência Social passou a ser calculado com base na média aritmética dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período em que o segurado contribuiu para a Previdência, de julho de 1994 até a data da aposentadoria (corrigidos monetariamente), ajustado pelo "Fator Previdenciário", que é na verdade, uma fórmula matemática.

O fator previdenciário é um redutor que foi criado em 1999, no governo FHC. É uma fórmula matemática aplicada obrigatoriamente nos pedidos de aposentadorias por tempo de contribuição, conforme explica nota técnica do Dieese.

PL 4330 - De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o PL visa liberar a terceirização sem limites, inclusive na atividade principal da empresa, seja ela privada ou pública. A proposta retira direitos daqueles que têm registro em carteira e também acabar com a responsabilidade solidária, na qual a contratante arca com as dívidas trabalhistas não pagas pela terceirizada.

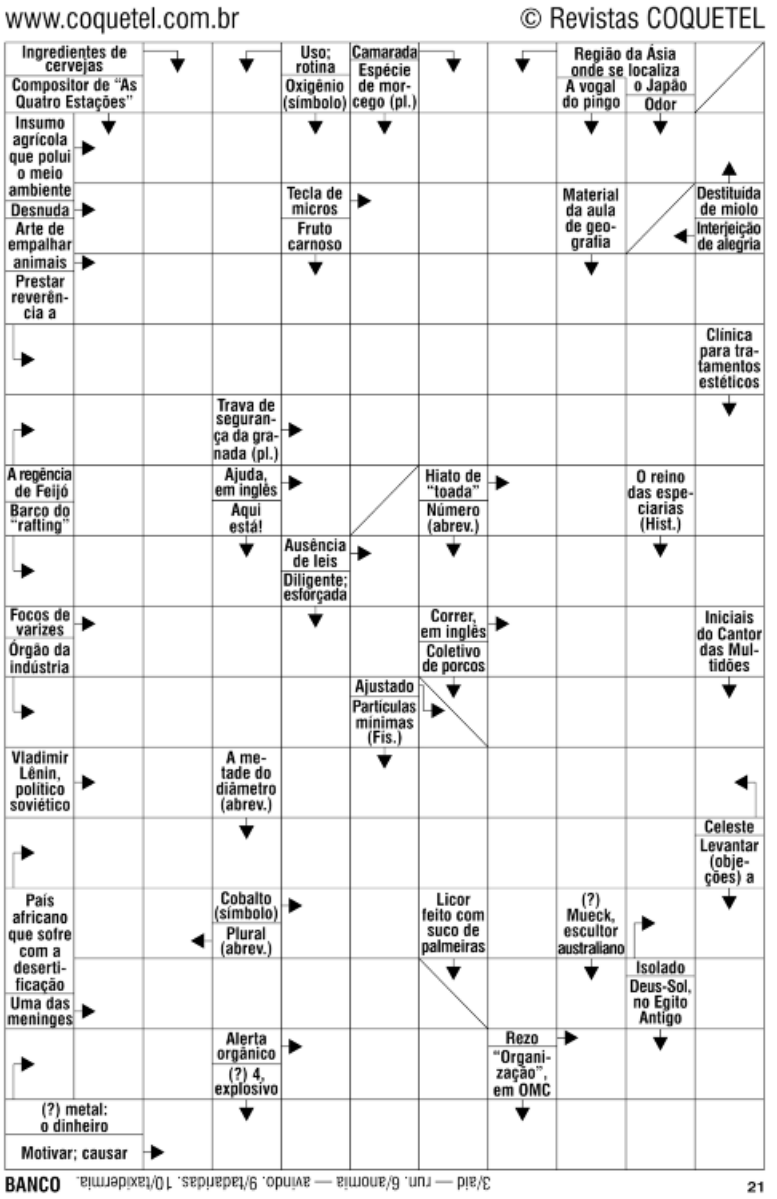
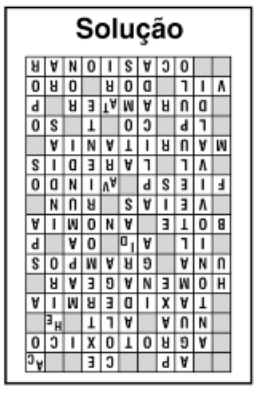
Outro risco é que o PL autoriza a quarteirização e, com a contratação de outras empresas pela própria terceirizada, a representação sindical dos trabalhadores/as será fragmentada e enfraquecida. Documento do Tribunal Superior do Trabalho revela, ainda, que a renda dos trabalhadores/as cairá 30% caso o PL 4330/04 seja aprovado.

Mais itens da pauta da classe trabalhadora e outras pautas imprescindíveis a toda a população brasileira

- Redução da Jornada de Trabalho para 40h semanais, sem redução de salários;
- Contra o PL 4330 PLS 87, sobre Terceirização;
- Fim do fator previdenciário;
- 10% do PIB para a Educação;
- 10% do Orçamento da União para a Saúde;
- Transporte público e de qualidade;
- Valorização das Aposentadorias;
- Reforma Agrária;
- Aplicação imediata da Convenção 151, direito de greve e de negociações coletiva no serviço público;
- Regulamentação do trabalho doméstico
- Democratização dos meios de comunicação
- Reforma política
- Marco civil da Internet

(Vanilda Oliveira / CUT)

Dia	Nome	UF
	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	
29	FRANCISCO CASSIANO DA SILVA	MT
	COMUNICAÇOES	
10	MARIA THEREZA GARCIA BELEM	RJ
14	ADEJANIR SENA DE SOUZA	MT
16	NELSON BATISTA RIBEIRO	MT
	CONAB	
02	NELSON DUARTE	MT
15	ELOINA DE ARAUJO GOMES	MT
18	OREZINA GUSMAO OLIVEIRA	MT
25	MARIA DE JESUS CARVALHO	MT
30	BENEDITO VIEIRA DE AZEVEDO	MT
31	DANIEL ANTONIO DE REZENDE	MT
	DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUCAO MINERAL	
03	DULJON LAERTI BOLDRIN	MT
27	JOAO RAMOS DOS SANTOS	MT
	DEPTO. DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	
08	NILTON DONIZETE DE OLIVEIRA	MT
	DNIT	
13	NELSON GOULART BRASILEIRO	MT
19	GILMAR VIERIRA DA SILVA	MT
	JULISMAR ANDRADE DE VASCONCELOS	MT
26	LAERCIO COELHO PINA	MT
27	JARDES TONE DOS SANTOS PACHECO	MT
	DRT	
21	INES GOMES ROSA	MT
27	MILTON TAKESSHI KAWAFHARA	MT
	EXERCITO	
18	SANTILIA DO PRADO ZADOLINNY	MT
29	RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA	MT
	FAZENDA	
20	ALESSANDRO MARCELLO DA CRUZ SILVA	MT
22	VAIL SANTANA DA SILVA ALBERNAZ	MT
	FUNAI	
05	IANA TERESA MOURA GOMES	MT
16	FRANCISCO DE ASSIS COSTA	MT
17	JOAO BENEDITO DA SILVA	MT
	FUNASA	
02	IZIDORO GONCALO DOS SANTOS	MT
04	AIR RIBEIRO DA COSTA	MT
05	RENATO RODRIGUES DA SILVA	MT
07	EDSON RICARDO PERTILE	MT
12	SATIRIO RODRIGUES BARROS	MT
13	EDITE DA SILVA SANTOS	MT
14	ENIO GRIEBLER	MT
	NEUSA MARIA BROCH COELHO	MT
20	BENEDITO JOSE DA SILVA	MT
23	MATUZALEM CALIXTO AGUIAR	MT
27	ZENILDA FLORES FIGUEIREDO	MT
30	RALED ABDO AMIN	MT
	GOVERNO DO EX - TERRITORIO DE RONDONIA	
24	IZABEL MATHIAS DE OLIVEIRA	MT
	IBAMA	
29	JOAO AUGUSTO DE FIGUEIREDO	MT
	INCRA	
03	VALDENIR BATISTA DE OLIVEIRA	MT
04	MARLENE ALVES MARTINS	MT
07	JORGE FONSECA	MT
10	ROMULO DE GODOY DAMASCENO	MT
	TANIA RIBEIRO BATISTA	MT
14	EDSON DE SOUZA MEIRA	MT
17	GILDA BARRADAS	MT
20	MARIA LUCIA DE SOUZA WONSOSCKY DUARTE	MT
21	JOAQUIM DOS SANTOS LIMA	MT
22	CLAUDIO SANTANA GUIMARAES	MT
24	AFONSO PINEIRO DE MORAES	MT
25	ANTONIO JOSE CINTRA FILHO	MT
26	ALEXANDRE GEAQUINTO FERRI	MT
28	ORISVALDOGONÇALO DE ALVARENGA GOMES	MT
29	ILMA DE FÁTIMA GUIMARÃES DA VEIGA	MT
	KLEBER DE MIRANDA	MT
	M. SAÚDE	
04	NELSON BATISTA DO REGO	MT
05	JOSE MIGUEL DE OLIVEIRA	MT
06	RUTH ELCI BUCCO GUERRA	MT
09	FLAVIO INACIO SCHARDONG	MT
	LANDIVAL SANTOS MEDEREIROS	MT
11	CARLITO GONCALVES	MT
12	CARLOS MOREIRA DE LIMA	MT
	JOAO MARTINS DE SOUZA	MT
13	ALUISIO SOUZA SANTOS	MT
	MANOEL MARTINS	MT
17	JOSE MARIO DA SILVA FILHO	MT
18	HELIO RANGEL SOARES	MT
	ZACARIAS MENDES DA COSTA	MT
19	NELSON PEREIRA DE FIGUEIREDO	MT
	SEBASTIANA DE ALMEIDA LIMA ZAZATT	MT
20	NHAKAPRU METUKTIRE	MT
27	JOSE ANCHIETA DIAS	MT
	LAERTE DE JESUS FREITAS	MT
	MINIST.DA AGRICULTURA,PECUARIA E ABAST.	
20	SEBASTIANA MARIA DUARTE DE CAMARGO	MT
24	JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA	MT
	MINISTERIO DO PLANEJ.,ORCAMENTO E GESTAO	
15	ROSANO MAURO CONCEIÇAO DA COSTA	MT
21	BENEDITO EPIFANIO DE ALENCASTRO	MT
	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	
05	EZEQUIEL SOARES MOTTA	MT
08	GILDASIO FERREIRA GOMES	MT
19	JOSE SEBASTIAO DE ARAUJO	MT
20	CORDELIA MARIA DE MORAES RAMOS	MT
	TRANSPORTE	
01	JOSE PAULINO DA SILVA	MT
02	ERNESTO SOARES LEITE	MT
03	IZAEL SANTANA DA SILVA	MT
08	ARY GONCALVES	MT
	ZEFERINO DIAS	MT
17	ROSALINA LEITE NASCIMENTO	MT
21	NILZA PIRES DE ARRUDA BUENO	MT
24	ARGEMIRO PEREIRA RODRIGUES	MT
30	FRANCISCA ALVES	MT
	OLIVIA MARTINS DE SOUZA	MT
	UFMT	
01	JORGE ESTADEUS CARVALHO PAUST	MT
19	MARIO ALVES DA COSTA	MT

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL